

Proposições acompanhadas pelo SINAIT

PL 4.904/12 - Reajusta o salário das Auditorias Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil e outras carreiras.

Autor: Poder Executivo

Tramitação: Aguarda distribuição

Foi apresentado no dia 19 de dezembro, não havendo tempo hábil para que fosse votado. O projeto prevê reajuste salarial em três parcelas, nos anos de 2013, 2014 e 2015.

PL 4.264/12 – Gratificação de Fronteira para os servidores da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal do Brasil.

Autor: Poder Executivo

Distribuição: foi distribuído às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e Cidadania.

Encontra-se na Comissão de Trabalho. Como ainda não houve instalação das comissões, aguarda designação de relator.

Em 2012 o deputado Luciano Castro (PR/RR) era o relator e apresentou um Parecer, com substitutivo, em que inclui a fiscalização da vigilância sanitária. Caso prevaleça o parecer, o Sinait irá trabalhar a apresentação de um voto em separado para emenda nº 1.

A Emenda nº 1, do deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), foi sugerida pelo Sinait.

PL 4.461/12 – Assegura que os Sindicatos representantes de trabalhadores possam fiscalizar o FGTS.

Autor: ex-deputado Vicente Selistre (PSB/RS)

Tramitação: foi distribuído às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e Cidadania.

Encontra-se na Comissão de Trabalho, aguardando devolução do processo devido ao relator indicado, deputado Jorge Corte Real (PTB/PE), não pertencer à comissão.

PL 4.532/12 – Greve no Serviço Público

Autor: deputado Policarpo (PT/DF)

Tramitação: Encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

Apensado ao PL 4.497/01, da ex-deputada Rita Camata (PSDB/ES).

O projeto principal, PL 4.497/01, já foi aprovado na Comissão de Trabalho e aguarda designação de relator da Comissão de Constituição e Justiça.

MP 595/12 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.

Tramitação: Ainda não houve instalação da Comissão Mista que irá analisar o mérito da medida provisória.

Com a apresentação da medida provisória, o PL 447/11, do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), tornou-se prejudicado. O Sinait apresentou 2 (duas) emendas à MP para inserir a Auditoria Fiscal do Trabalho como autoridade portuária, sendo a Emenda nº 11, do deputado André Figueiredo (PDT/CE) e a Emenda nº 223, do senador Gim Argelo (PTB/DF), as emendas são de mesmo teor.

PDC 641.12 - Revoga o Decreto 7.777/12, que permite que servidores estaduais e municipais exerçam as atividades de servidores federais em greve

Autor: Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

Tramitação: Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sujeito a apreciação do Plenário.

Encontra-se na Comissão de Trabalho, aguardando designação de relator.

PEC 147/12 - Estabelece o teto remuneratório das Auditorias Fiscais do Trabalho e da Receita Federal e servidores de grau máximo do Banco Central com o de ministro do STF.

Autor: deputado Amauri Teixeira (PT/BA)

Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça

Aguarda instalação da comissão para ser redistribuído.

O relator de 2012, deputado Alessandro Molon (PT/RJ), havia apresentado parecer pela admissibilidade da PEC.

PEC 555/06 – Revoga o art. 4º da EC 41/03 – revoga o dispositivo constitucional que cobra a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas do serviço público.

Autor: ex-deputado Carlos Mota (PSB/MG)

Relator: deputado Luiz Alberto (PT/BA)

Tramitação: Aguarda inclusão na Ordem do Dia para votação em 1º turno

O SINAIT participou de audiência pública e acompanhou todo o debate sobre a matéria. O Parecer aprovado foi o voto em separado do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) em acordo com o voto em separado do deputado João Dado (PDT/SP), em que a partir dos 61 anos o servidor passará a pagar 80% da contribuição previdenciária e, até os 65 anos, terá redução de 20% a cada ano, até zerar. Os aposentados por invalidez serão totalmente isentos. O SINAIT, como membro do MOSAP, Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas tem trabalhado para votação da matéria o mais rápido possível.

PEC 210/07 – Restabelece o adicional por tempo de serviço como componente de remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Autor: deputado Régis de Oliveira (PSC/SP)

Relator: deputado Laerte Bessa (PSC/DF)

Tramitação: Aguarda inclusão na Ordem do Dia para votação em 1º turno

O SINAIT, juntamente com outras entidades de servidores públicos participou de audiência pública, apresentou emenda e apoiou a emenda acatada pelo relator, que integrou todas as carreiras exclusivas de Estados. O SINAIT em conjunto com as demais carreiras de servidores públicos tem trabalhado constantemente pela votação da PEC.

PEC 443/09 – Estabelece que o subsídio da Advocacia Geral da União, das procuradorias dos Estados e do Distrito Federal corresponderá a 90,25% do subsídio dos Ministros do STF

Autor: deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

Relator: deputado Mauro Benevides (PMDB/CE)

Tramitação: Aguarda reinstalação da Comissão Especial

Apensada: **PEC nº 465/10**, do deputado Wilson Santiago (PMDB/PB)

Esta matéria é muito importante para a categoria AFT. O SINAIT conseguiu com que o deputado Paes Landim (PTB/PI), membro da Comissão Especial apresentasse **voto em separado** incluindo a carreira AFT, que foi apresentado em 11/8/10.

PLS 250/05 – Complementar - Estabelece requisitos e critérios diferenciados para à concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência. Regulamenta o § 4º, art. 40, da CF.

Autor: senador Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Aguarda designação de relator

Tramitação: encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no Senado, pronto para inclusão em pauta

O projeto visa regulamentar o § 4º, art. 40 da CF. Desde 2005 que esta matéria aguarda deliberação. Este ano (2010), o governo apresentou um projeto versando sobre assunto que tramita na Câmara dos Deputados.

PLP 555/10 – Dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor público, regulamenta o § 4, do art. 40 da CF.

Autor: Poder Executivo

Relatora: Aguarda designação de relator

Tramitação: Encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família

Apensado: **PLP nº 472/09**, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

O projeto aguarda Parecer. O SINAIT apresentou emendas ao projeto e participou de audiência pública no dia 6 de maio. No dia 22 de junho o Ministério do Planejamento baixou a Orientação Normativa nº 6, para orientar a aposentadoria de servidores públicos com muitas restrições e há exatos 30 dias depois, o Ministério da Previdência e Assistência Social baixou uma Instrução Normativa nº 1, para orientar a aposentadoria especial dos servidores que possuem Mandado de Injunção favorável, o que é o caso dos AFTs. Como as regulamentações do Planejamento e da Previdência não atende aos servidores públicos, recomenda-se sempre ter muito cuidado ao buscar esta forma para aposentar-se.

Em 2012, o relator foi o deputado Amauri Teixeira (PT/BA), que apresentou parecer acatando todas as sugestões apresentadas pelo Sinait. Com a renovação das comissões, o projeto aguarda designação de novo relator.

PLP-554/10 – Aposentadoria Especial para os servidores policiais

Autor: Poder Executivo

Tramitação: Encontra-se na Comissão de Trabalho

Apensado ao PLP-330.05, do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS)

O projeto já tem pareceres aprovados das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Seguridade Social e Família, Constituição e Justiça e de Cidadania e encontra-se pendente de parecer das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e Finanças e Tributação.

Na Comissão de Trabalho o relator em 2012 foi o deputado Policarpo (PT/DF), que apresentou Parecer, como Substitutivo incluindo os Auditores Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil.

PEC 36/08 – Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da EC nº 41/03.

Autor: senador Paulo Paim (PT/RS)

Relator: senador Expedito Júnior (PR/RO)

Tramitação: Aguarda inclusão na Ordem do Dia para votação em 1º turno

O SINAIT trabalhou sua tramitação e tem contatado os senadores para que inclua a PEC na pauta.

PLP 01/07 – Limita gastos com pessoal – servidor público.

Autor: Poder Executivo

Relator: deputado José Pimentel (PT/CE)

Tramitação: Aguarda instalação da Comissão Especial

Este projeto visa o congelamento dos salários dos servidores públicos da União, Estados e Municípios, por 10 anos.

Com o novo governo (Dilma), o tema voltou a pauta de discussão. A posse dos novos parlamentares ocorre no próximo dia 1º quando o SINAIT e demais entidades de servidores públicos trabalharão para barrar a votação deste projeto.

PLP 549/09 (na Origem PLS 611/07 – Complementar) – Limita aumento de despesa com pessoal e encargos sociais da União

Autor: senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Relator: Aguarda designação de relator

Tramitação: Encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação

Projeto que tem por objetivo o mesmo do PLP 01, do governo, que congela os salários dos servidores públicos. Na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), primeira comissão de sua tramitação, foi aprovado o Parecer, pela rejeição, do deputado Carlos Busato (PTB/RS). Depois de grande pressão das entidades de servidores públicos, dentre as quais o SINAIT o projeto foi rejeitado. No momento encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) com Parecer pela rejeição da deputada Luciana Genro (PSOL/RS), que não se reelegeu. Com a nova composição da Câmara o trabalho do SINAIT e demais entidades dos servidores públicos deverá ser de convencimento para manutenção do Parecer já apresentado. A matéria ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) e pelo Plenário.

PLS 507/09 – Complementar – Que estabelece normas de finanças públicas para introduzir limitações adicionais à expansão da despesa total com pessoal da União

Autor: senador Marconi Pirillo (PSDB/GO)

Relator: Aguarda designação de relator

Tramitação: Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Seguindo a mesma linha dos dois projetos anteriores em que visa limitar gasto com o servidor público. Em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado. Com Parecer pela aprovação apresentado pelo relator. No último dia 11/5/10 foi devolvido ao relator para reexame.

Brasília, 04 de fevereiro de 2013.



Márcia Marques

Especialista em Ciência Política

Assessora Parlamentar do SINAIT

E-mail: marciamarques@sinait.org.br

(61) 3533 6613 / 9112 4880

www.sinait.org.br